REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

OPINIÃO DE PAIS E RESPONSÁVEIS SOBRE A VACINAÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE, ALAGOAS

OPINIONS OF PARENTS AND GUARDIANS REGARDING THE VACCINATION OF CHILDREN UNDER 5 YEARS OF AGE IN THE MUNICIPALITY OF CAMPESTRE, ALAGOAS

Ciências da Saúde • 11/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794447121

Emanuelly Krislayne Lucas da Silva[1]

Luan da Silva Santos[2]

Rosa Caroline Mata Verçosa de Freitas[3]

RESUMO

Introdução: O declínio da cobertura vacinal no Brasil desde 2012 e o surgimento da hesitação vacinal impõem desafios à saúde pública. Fundamentado no Modelo de Promoção da Saúde de Nola Pender, este estudo foca nas percepções, benefícios e barreiras envolvidos na decisão de vacinar. **Objetivo:** Conhecer a opinião de pais e responsáveis por crianças menores de 5 anos sobre a vacinação infantil em Campestre, Alagoas. **Metodologia:** Pesquisa de opinião pública, quantitativa e anônima, realizada com pais e responsáveis (≥18 anos) nas Unidades Básicas de Saúde de Campestre-AL, entre 08 e 30 de setembro de 2026. Utilizou-se questionário estruturado com 15 questões fechadas, depositado voluntariamente pelos participantes em urnas lacradas. Os dados foram analisados via estatística descritiva. **Resultados:** Participaram 42 pessoas. A vacinação infantil foi considerada importante ou muito importante por 85,71% dos participantes, enquanto 85,71% apresentaram posicionamento favorável à imunização. As possíveis reações após a vacinação foram apontadas por 92,86% como motivo de dúvidas ou preocupações. Os profissionais de saúde foram identificados por 95,24% como uma das principais fontes de informação, 83,33% apontaram o esquecimento dos responsáveis como uma situação que contribui para o atraso vacinal. **Conclusão:** A pesquisa identificou uma opinião predominantemente favorável à vacinação infantil, acompanhada de preocupações relacionadas às possíveis reações vacinais e de situações que podem contribuir para o atraso das doses.

Palavras-chave: Hesitação Vacinal; Enfermagem; Promoção da Saúde; Atenção Primária à Saúde; Educação em Saúde.

ABSTRACT

Introduction: The decline in vaccination coverage in Brazil since 2012

and the emergence of vaccine hesitancy pose challenges to public health. Grounded in Nola Pender's Health Promotion Model, this study focuses on the perceptions, benefits, and barriers involved in the decision to vaccinate. **Objective:** To understand the opinions of parents and guardians of children under 5 years of age regarding childhood vaccination in Campestre, Alagoas. **Methodology:** A quantitative, anonymous public opinion survey was conducted with parents and guardians (≥18 years old) at Basic Health Units in Campestre, Alagoas, between September 8 and September 30, 2026. A structured questionnaire containing 15 closed-ended questions was used, which participants voluntarily deposited into sealed ballot boxes. Data were analyzed using descriptive statistics. **Results:** A total of 42 individuals participated. Childhood vaccination was considered important or very important by 85.71% of participants, with 85.71% expressing a favorable stance toward immunization. Potential post-vaccination reactions were cited by 92.86% of respondents as a source of doubt or concern. Healthcare professionals were identified by 95.24% of participants as a primary source of information, while 83.33% noted that forgetfulness on the part of guardians contributes to delays in vaccination. **Conclusion:** The study identified a predominantly favorable attitude toward childhood vaccination, alongside concerns regarding potential adverse reactions and factors that may lead to delays in receiving vaccine doses.

Keywords: Vaccine Hesitancy; Nursing; Health Promotion; Primary Health Care; Health Education.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto a opinião de pais e responsáveis sobre a vacinação de crianças menores de 5 anos no município de

Campestre, Alagoas. A escolha do tema foi motivada pelo cenário epidemiológico brasileiro, marcado pela redução das coberturas vacinais e pela necessidade de compreender os fatores relacionados a esse declínio.

O declínio dos índices de imunização no território nacional manifesta-se desde 2012, com uma queda mais acentuada a partir de 2016 e um agravamento perceptível durante a crise sanitária da COVID-19. Esse contexto culminou em um volume crescente de crianças vulneráveis a enfermidades evitáveis por vacina, o que impõe sérios obstáculos à gestão da saúde pública e reforça a importância de conhecer a percepção da população sobre a vacinação infantil (Homma et al., 2023).

Nesse contexto, a hesitação vacinal engloba não apenas a recusa explícita, mas também dúvidas, inseguranças e o adiamento de doses recomendadas, a despeito da oferta garantida pelos serviços de saúde públicos. Conforme as diretrizes do Programa Nacional de Imunizações (PNI), trata-se de um comportamento multifacetado e dinâmico, que pode estar relacionado a aspectos socioeconômicos, culturais e contextuais. A decisão individual de vacinar pode vincular-se à confiança depositada na segurança dos imunizantes e nas autoridades sanitárias, à percepção do risco de contágio e da gravidade das infecções, à conveniência de acesso às unidades e à transparência na comunicação estabelecida com a comunidade (Brasil, 2024).

Embora a presente pesquisa esteja direcionada à opinião dos pais e responsáveis, compreender como esses indivíduos percebem a vacinação infantil é relevante para reconhecer diferentes posicionamentos diante da imunização. A percepção sobre os

benefícios das vacinas, a confiança em sua segurança e eficácia, as informações recebidas e as experiências vivenciadas nos serviços de saúde podem influenciar a maneira como os responsáveis avaliam a vacinação de suas crianças.

Para compreender essas percepções, este estudo fundamenta-se no Modelo de Promoção da Saúde desenvolvido pela teórica Nola Pender, o qual estabelece que os comportamentos de saúde resultam da interação entre experiências anteriores, características individuais, benefícios e barreiras percebidas, além de influências interpessoais e situacionais. No contexto da Atenção Primária à Saúde, a adesão ao esquema vacinal infantil pode refletir a percepção dos benefícios da imunização, a autoeficácia dos responsáveis na tomada de decisão e o suporte advindo da família e dos profissionais de saúde. Assim, sob a ótica da teoria de Pender, sentimento de insegurança e o contato com informações divergentes podem constituir barreiras percebidas e influências contextuais relacionadas à decisão de vacinar (Santi; Baldissera, 2023).

A opinião dos pais e responsáveis também pode estar relacionada à qualidade das informações recebidas e à comunicação estabelecida com os profissionais de saúde. Além disso, barreiras operacionais do próprio sistema de saúde, como dificuldades de acesso, horários restritos e eventuais desabastecimentos, podem interferir na experiência dos usuários com a vacinação. Paralelamente, a disseminação de conteúdos inverídicos sobre vacinas pode atuar como importante fonte de dúvidas e inseguranças, especialmente diante da ampla circulação de informações nas redes sociais e em outros meios de comunicação (Roberti et al., 2024).

Nesse sentido, a Atenção Primária à Saúde (APS) constitui espaço estratégico para o desenvolvimento de ações relacionadas à imunização infantil, considerando a proximidade das equipes de saúde com as famílias e a possibilidade de acompanhamento contínuo da população. A enfermagem possui papel relevante nesse processo, não apenas na administração dos imunobiológicos, mas também nas ações de educação em saúde, no esclarecimento de dúvidas e na comunicação com pais e responsáveis (Tavares; Tocantins, 2015; Nunes, 2025).

Conhecer a opinião dos pais e responsáveis sobre a vacinação infantil poderá contribuir para uma melhor compreensão das percepções existentes no território e fornecer subsídios para que profissionais de saúde e gestores desenvolvam ações educativas e estratégias de comunicação ajustadas às necessidades locais. Dessa forma, a consulta de opinião poderá contribuir para identificar percepções favoráveis, dúvidas e preocupações relacionadas à vacinação, sem estabelecer relações causais ou determinar individualmente os motivos que levam cada participante a determinado posicionamento.

A relevância deste estudo fundamenta-se na possibilidade de conhecer a percepção da comunidade sobre a vacinação infantil em um município de pequeno porte, contribuindo para o planejamento de ações de promoção da saúde e de comunicação em vacinação no âmbito da Atenção Primária à Saúde. No âmbito acadêmico, a pesquisa poderá contribuir para a produção de conhecimento acerca das percepções da população sobre a imunização infantil e para o fortalecimento das discussões relacionadas à atuação da enfermagem na promoção da vacinação.

Diante do cenário apresentado, estabelece-se a seguinte questão norteadora para este estudo: Qual é a opinião de pais e responsáveis por crianças menores de 5 anos sobre a vacinação infantil no município de Campestre, Alagoas?

Para responder a esse questionamento, o trabalho define como objetivo: conhecer a opinião de pais e responsáveis por crianças menores de 5 anos sobre a vacinação infantil no município de Campestre, Alagoas.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de opinião pública, de caráter pontual, com abordagem quantitativa, realizada por meio de consulta escrita e anônima a pais e responsáveis por crianças menores de 5 anos no município de Campestre, Alagoas. A pesquisa foi estruturada de modo que os participantes sejam convidados a expressar suas preferências, avaliações e percepções acerca da vacinação infantil, sem coleta de informações que permitam sua identificação individual.

A pesquisa foi realizada em Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Campestre, Alagoas, selecionadas conforme a disponibilidade e autorização da gestão municipal de saúde. As UBS constituem espaços estratégicos para a realização da consulta, considerando sua inserção no território e a presença de usuários que integram o público de interesse do estudo.

Participaram da consulta pais ou responsáveis por crianças menores de 5 anos que estavam presentes nas UBS selecionadas durante o período de 08 a 30 de setembro de 2026. Foram incluídos indivíduos

com idade igual ou superior a 18 anos pais ou responsáveis por criança menor de 5 anos.

Não foram coletadas informações que permitam identificar individualmente os participantes, tais como nome, CPF, telefone, endereço, número do cartão SUS ou qualquer outro identificador pessoal.

Foi utilizado um questionário estruturado, composto exclusivamente por questões fechadas, elaborado pelos pesquisadores com base na literatura relacionada à vacinação infantil e à hesitação vacinal.

O instrumento foi composto por 15 questões, contemplando aspectos relacionados à opinião dos participantes sobre a importância da vacinação, segurança e eficácia das vacinas, confiança nas informações sobre imunização, fontes de informação utilizadas e principais dúvidas ou preocupações relacionadas à vacinação infantil. As questões foram formuladas de modo a possibilitar que os participantes expressem suas preferências, avaliações e percepções sobre o tema investigado. Os questionários foram disponibilizados aos participantes na sala de espera das Unidades Básicas de Saúde.

Após receberem informações gerais sobre a consulta e sua finalidade, os participantes puderam, de forma voluntária, preencher o instrumento individualmente, sem a presença dos pesquisadores durante o preenchimento. Não foram solicitados nome, assinatura ou qualquer outro dado que permita identificar o participante.

Após o preenchimento, o próprio participante depositou o questionário em uma urna fechada e lacrada, disponibilizada exclusivamente para essa finalidade. A urna estava no pátio de

entrada das UBS para preservar a privacidade dos participantes, não sendo possível aos pesquisadores identificar quem respondeu ou deixou de responder ao questionário.

Ao término de cada período de coleta, a urna foi aberta exclusivamente pelos pesquisadores responsáveis, em local reservado, e os questionários foram retirados para organização e análise dos dados.

O instrumento contemplou as seguintes dimensões: a) características gerais dos participantes, sem identificação individual; b) percepção sobre a importância da vacinação infantil; c) percepção sobre segurança e eficácia das vacinas; d) confiança nas informações relacionadas à vacinação; e) principais fontes de informação sobre imunização; f) dúvidas e preocupações relacionadas à vacinação; g) intenção e posicionamento diante da vacinação infantil.

As respostas foram analisadas de forma agregada, não sendo realizada análise individual dos participantes. Os dados obtidos foram organizados em planilha eletrônica e submetidos à análise estatística descritiva. Foram calculadas frequências absolutas e relativas das respostas obtidas em cada questão, sendo os resultados apresentados por meio de tabelas e gráficos. Os resultados foram interpretados de forma agregada, buscando caracterizar a opinião dos participantes sobre a vacinação infantil no município estudado.

A pesquisa foi estruturada de acordo com os princípios éticos aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, especialmente aqueles relacionados à autonomia, privacidade, confidencialidade e proteção da identidade dos participantes.

Considerando a definição de pesquisa de opinião pública estabelecida pela Resolução CNS nº 510/2016, segundo a qual essa modalidade corresponde a consulta verbal ou escrita, de caráter pontual, destinada a conhecer preferências, avaliações ou sentidos atribuídos a temas, sem possibilidade de identificação do participante, a presente investigação foi conduzida sem coleta de dados identificáveis.

Não foram registrados nomes, documentos pessoais, contatos, endereços ou quaisquer códigos que possibilitem a vinculação das respostas aos participantes.

O preenchimento do questionário ocorreu de forma voluntária e anônima, e o depósito do instrumento preenchido na urna foi realizado diretamente pelo participante, sem identificação. Antes do preenchimento, foram fornecidas informações claras e acessíveis sobre a finalidade da consulta, seu caráter voluntário, o procedimento de participação e a garantia de anonimato.

Considerando que o estudo foi desenvolvido como consulta de opinião pública com participantes não identificados, seu enquadramento ético foi fundamentado no art. 1º, parágrafo único, inciso I, da Resolução CNS nº 510/2016, que estabelece que pesquisas de opinião pública com participantes não identificados não são registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra do estudo foi composta por 42 participantes, constituída por pais ou responsáveis por crianças menores de 5 anos que participaram da pesquisa nas Unidades Básicas de Saúde do município de Campestre, Alagoas. Os dados foram organizados em

tabelas, mediante a apresentação de frequências absolutas (n) e relativas (%). Nas questões de resposta única, os percentuais totalizaram aproximadamente 100%, considerando os arredondamentos. Nas questões que permitiam múltiplas respostas (questões 8, 10, 11, 13 e 14), o somatório dos percentuais poderia ultrapassar 100%, uma vez que cada alternativa foi calculada em relação ao total de participantes (n = 42).

3.1. Perfil Sociodemográfico dos Participantes

A Tabela 1 apresenta a distribuição do perfil sociodemográfico dos pais e responsáveis participantes da pesquisa, nas Unidades Básicas de Saúde de Campestre-AL.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica de pais e responsáveis por crianças menores de 5 anos.

VARIÁVEL	CATEGORIA	FREQUÊNCIA (N)	PORCENTAGEM (%)
FAIXA ETÁRIA	18 a 24 anos	9	21,43%
	25 a 34 anos	18	42,86%
	35 a 44 anos	12	28,57%
	45 anos ou mais	3	7,14%
VÍNCULO COM A CRIANÇA	Mãe	24	57,14%
	Pai	10	23,81%
	Avó/Avô	1	2,38%
	Outro responsável	7	16,67%

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Ensino fundamental incompleto	2	4,76%
	Ensino fundamental completo	3	7,14%
	Ensino médio incompleto	6	14,29%
	Ensino médio completo	18	42,86%
	Ensino superior incompleto	4	9,52%
	Ensino superior completo ou pós-graduação	9	21,43%
TOTAL		**42**	**100,00%**

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

A predominância de mães entre os participantes (57,14%), associada à maior concentração de adultos na faixa etária de 25 a 34 anos (42,86%), evidencia a participação expressiva da figura materna no contexto investigado. Esse achado pode estar relacionado à permanência de papéis socioculturais tradicionalmente atribuídos às mulheres no cuidado infantil, especialmente no acompanhamento das demandas de saúde durante a primeira infância (Gaíva; Alves; Monteschio, 2019). Entretanto, considerando que a pesquisa foi realizada com usuários presentes nas Unidades Básicas de Saúde, essa distribuição não permite afirmar que a responsabilidade pela vacinação seja predominantemente materna em todos os núcleos familiares do município.

A distribuição dos níveis de escolaridade indicou que 42,86% dos responsáveis concluíram o ensino médio e 30,95% possuíam ensino superior incompleto, completo ou pós-graduação. A escolaridade constitui uma dimensão relevante para a compreensão das informações em saúde e para a tomada de decisões relacionadas à imunização infantil. Contudo, níveis mais elevados de instrução não asseguram, isoladamente, maior confiança nas vacinas, uma vez que o acesso a diferentes fontes de informação, inclusive no ambiente digital, pode favorecer tanto a compreensão dos benefícios da vacinação quanto o contato com conteúdo contraditórios ou sem fundamentação científica (Massarani; Leal; Waltz, 2020). Nesse sentido, os achados reforçam a importância de estratégias educativas que considerem não apenas o grau de escolaridade, mas também as necessidades informacionais e as experiências dos responsáveis com os serviços de saúde.

3.2. Percepção Sobre Importância, Segurança e Eficácia das Vacinas

A Tabela 2 descreve a avaliação dos participantes a respeito da importância atribuída à vacinação infantil, da segurança dos imunizantes e da percepção sobre sua eficácia na prevenção de doenças.

Tabela 2. Avaliação da importância, segurança e eficácia das vacinas por pais e responsáveis.

PERGUNTA / VARIÁVEL	OPÇÃO DE RESPOSTA	FREQUÊNCIA (N)	PORCENTAGEM (%)
4. IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO	Muito importante	25	59,52%

	Importante	11	26,19%
	Pouco importante	5	11,90%
	Não é importante	0	0,00%
	Não sei responder	1	2,38%
5. SEGURANÇA DAS VACINAS	Muito segura	12	28,57%
	Segura	21	50,00%
	Pouco segura	7	16,67%
	Não é segura	1	2,38%
	Não sei responder	1	2,38%
6. EFICÁCIA DAS VACINAS	Concordo totalmente	18	42,86%
	Concordo	17	40,48%
	Discordo	4	9,52%
	Discordo totalmente	2	4,76%
	Não sei responder	1	2,38%

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

A percepção favorável à importância da vacinação infantil foi identificada em 85,71% dos participantes, que classificaram essa prática como muito importante ou importante. Esse resultado demonstra o reconhecimento dos benefícios da imunização pela

maioria dos responsáveis investigados e pode ser interpretado à luz do Modelo de Promoção da Saúde de Nola Pender, segundo o qual os benefícios percebidos constituem elementos relevantes para a adoção de comportamentos promotores de saúde. Entretanto, o reconhecimento da importância das vacinas não significa, necessariamente, o cumprimento integral do calendário vacinal infantil (Souza et al., 2020).

Contudo, registrou-se que 16,67% dos cuidadores julgaram as vacinas "pouco seguras" e 14,28% discordaram, total ou parcialmente, da afirmação relacionada à eficácia dos imunizantes. Esses resultados indicam a existência de percepções distintas quanto à segurança e à capacidade de proteção das vacinas, mesmo em um cenário de reconhecimento majoritário de sua importância. Essa coexistência de avaliações favoráveis e preocupações específicas é compatível com a complexidade do fenômeno da hesitação vacinal, que pode envolver dúvidas e inseguranças sem necessariamente resultar em recusa à imunização (Sato, 2018).

Sob a perspectiva da Enfermagem, esses achados evidenciam a necessidade de ações educativas que ultrapassem a simples divulgação dos benefícios da vacinação, contemplando também o esclarecimento de dúvidas sobre segurança, eficácia e possíveis eventos adversos. A comunicação individualizada e fundamentada em evidências científicas pode contribuir para o fortalecimento da confiança dos responsáveis e para decisões mais esclarecidas sobre a imunização infantil.

3.3. Fontes de Informação e Influência do Ambiente Digital

A Tabela 3 apresenta a avaliação dos participantes quanto às informações recebidas dos profissionais de saúde, às principais fontes consultadas sobre vacinação infantil e à influência percebida das redes sociais na decisão de vacinar.

Tabela 3. Avaliação do atendimento, fontes informativas e influência das redes sociais

PERGUNTA / VARIÁVEL	OPÇÃO DE RESPOSTA	FREQUÊNCIA (N)	PORCENTAGEM (%)
7. AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	Muito satisfatórias	12	28,57%
	Satisfatórias	22	52,38%
	Pouco satisfatórias	5	11,90%
	Insatisfatórias	2	4,76%
	Não costumo receber informações	1	2,38%
8. PRINCIPAIS FONTES DE INFORMAÇÃO *(MÚLTIPLA ESCOLHA)*	Profissionais de saúde	40	95,24%
	Redes sociais	2	4,76%
	Sites ou páginas na internet	1	2,38%
	Televisão, rádio ou jornais	1	2,38%

	Familiares, amigos, escola ou outras fontes	0	0,00%
	Não costumo buscar informações	1	2,38%
9. INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA DECISÃO	Influenciam muito	10	23,81%
	Influenciam	11	26,19%
	Influenciam pouco	10	23,81%
	Não influenciam	9	21,43%
	Não sei responder	2	4,76%

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

A relevância dos profissionais de saúde como fontes de informação sobre vacinação infantil foi evidenciada por 95,24% dos participantes, que os assinalaram entre os principais canais de orientação. Além disso, 80,95% avaliaram as informações recebidas como satisfatórias ou muito satisfatórias. Esses resultados destacam a posição estratégica dos profissionais de saúde na comunicação com as famílias e apontam para a importância da manutenção de orientações acessíveis, consistentes e fundamentadas em evidências científicas. Nesse contexto, a equipe de enfermagem desempenha papel relevante no esclarecimento de dúvidas, na educação em saúde e no acompanhamento das famílias na Atenção Primária à Saúde (Figueiredo; Silva; Cunha, 2021).

Por outro lado, 50,00% dos participantes consideraram que as redes sociais influenciam ou influenciam muito sua decisão sobre a vacinação infantil. Embora apenas 4,76% tenham assinalado essas plataformas entre suas principais fontes de informação, metade dos respondentes reconheceu algum grau expressivo de influência do ambiente digital. Essa diferença sugere que a influência percebida das redes sociais não depende, necessariamente, de sua identificação como fonte prioritária de consulta. A circulação de informações descontextualizadas e de conteúdo sem respaldo científico pode contribuir para a formação de dúvidas e inseguranças relacionadas à imunização, conforme discutido na literatura (Fernandes; Montuori, 2020).

Dessa forma, os achados reforçam a necessidade de integrar a educação em saúde às estratégias de comunicação digital, considerando que as informações acessadas fora dos serviços de saúde também podem participar da construção das percepções dos responsáveis. Para a Enfermagem, essa realidade representa uma oportunidade de fortalecer o diálogo com as famílias, identificar informações equivocadas e promover orientações que favoreçam a compreensão crítica dos conteúdos relacionados à vacinação infantil.

3.4. Preocupações Específicas, Dúvidas e Acesso Ao Serviço

A Tabela 4 sintetiza a frequência com que os participantes relataram contato com informações capazes de gerar dúvidas sobre vacinação, os principais aspectos associados às preocupações e a avaliação da facilidade de acesso aos serviços de imunização.

Tabela 4. Dúvidas, fatores geradores de preocupação e avaliação do acesso aos serviços

PERGUNTA / VARIÁVEL	OPÇÃO DE RESPOSTA	FREQUÊNCIA (N)	PORCENTAGEM (%)
10. ENCONTRO COM INFORMAÇÕES QUE GERARAM DÚVIDAS *(MÚLTIPLA ESCOLHA)*	Sim, algumas vezes	16	38,10%
	Sim, uma vez	10	23,81%
	Não	9	21,43%
	Sim, muitas vezes	4	9,52%
	Não me lembro	4	9,52%
11. ASPECTOS QUE MAIS GERAM DÚVIDAS/PREOCUPAÇÃO *(MÚLTIPLA ESCOLHA)*	Possíveis reações após a vacinação	39	92,86%
	Informações contraditórias na internet	2	4,76%
	Necessidade de receber todas as vacinas	2	4,76%
	Não tenho dúvidas ou preocupações	1	2,38%
	Outros aspectos (componentes, eficácia etc.)	0	0,00%

12. AVALIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE VACINAÇÃO	Fácil	31	73,81%
	Muito fácil	11	26,19%
	Difícil / Muito difícil / Não sei responder	0	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

O contato com informações que suscitaram dúvidas sobre a vacinação infantil foi relatado por 71,43% dos participantes, considerando aqueles que assinalaram ter vivenciado essa situação uma vez, algumas vezes ou muitas vezes. Entre os aspectos relacionados às preocupações, destacaram-se as possíveis reações após a vacinação, mencionadas por 92,86% dos respondentes. Esse resultado evidencia que a segurança dos imunizantes, especialmente no que se refere às manifestações que podem ocorrer após sua administração, constitui uma preocupação expressiva entre os responsáveis investigados.

À luz do Modelo de Promoção da Saúde de Nola Pender, o receio de possíveis reações pode ser compreendido como uma barreira percebida à adoção de comportamentos preventivos. Entretanto, a presença dessa preocupação não significa, necessariamente, resistência ou recusa à vacinação. Nesse sentido, o esclarecimento sobre as reações esperadas, os eventos adversos que exigem avaliação profissional e os benefícios da imunização constitui uma dimensão importante das ações educativas desenvolvidas pelos profissionais de saúde (SBP, 2023).

Em contrapartida, todos os participantes avaliaram o acesso aos serviços de vacinação como fácil (73,81%) ou muito fácil (26,19%). Esse resultado sugere uma percepção favorável quanto à acessibilidade dos serviços entre os responsáveis que participaram da pesquisa. Entretanto, essa avaliação não permite excluir a existência de outras barreiras relacionadas ao funcionamento das unidades, à disponibilidade de imunobiológicos ou às condições de acesso vivenciadas por famílias não contempladas na amostra.

A associação entre a elevada percepção de facilidade de acesso e a frequência de preocupações relacionadas às possíveis reações vacinais indica que as estratégias de promoção da imunização devem considerar diferentes dimensões da experiência dos responsáveis. Além da disponibilidade dos serviços, torna-se relevante fortalecer a comunicação profissional, o acolhimento das dúvidas e a orientação individualizada, especialmente durante os atendimentos realizados pela equipe de enfermagem na Atenção Primária à Saúde.

3.5. Razões para Atraso Vacinal, Estratégias Educativas e Posicionamento Geral

A Tabela 5 apresenta as situações identificadas pelos participantes como possíveis contribuintes para o atraso vacinal, as medidas consideradas importantes para ampliar a confiança dos responsáveis e o posicionamento geral em relação à imunização de crianças menores de 5 anos.

Tabela 5. Motivos para atraso no calendário, propostas de melhoria e opinião geral

PERGUNTA / VARIÁVEL	OPÇÃO DE RESPOSTA	FREQUÊNCIA (N)	PORCENTAGEM (%)
13. SITUAÇÕES QUE CONTRIBUEM PARA O ATRASO VACINAL *(MÚLTIPLA ESCOLHA)*	Esquecimento dos pais ou responsáveis	35	83,33%
	Doença da criança no período previsto	4	9,52%
	Dúvidas ou preocupações dos pais	3	7,14%
	Horário de funcionamento da unidade	1	2,38%
	Não sei responder	1	2,38%
	Dificuldade de acesso, falta de imunizante ou recusa deliberada	0	0,00%
14. MEDIDAS PARA AUMENTAR A CONFIANÇA DOS PAIS *(MÚLTIPLA ESCOLHA)*	Campanhas educativas	21	50,00%
	Mais informações fornecidas pelos profissionais de saúde	19	45,24%
	Esclarecimento sobre possíveis reações às vacinas	6	14,29%
	Maior divulgação dos benefícios das	4	9,52%

	vacinas		
	Maior divulgação de informações nas redes sociais	3	7,14%
	Maior facilidade de acesso aos serviços de vacinação	0	0,00%
15. OPINIÃO GERAL SOBRE A VACINAÇÃO DE CRIANÇAS < 5 ANOS	Sou totalmente favorável à vacinação	25	59,52%
	Sou favorável à vacinação, mas tenho algumas dúvidas ou preocupações	11	26,19%
	Não tenho opinião formada	4	9,52%
	Tenho uma opinião parcialmente favorável	1	2,38%
	Prefiro não responder	1	2,38%
	Sou contrário(a) à vacinação de crianças	0	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

O esquecimento dos pais foi destacado por 83,33% dos voluntários como a razão primária para o descumprimento do calendário de vacinação no prazo. A alta frequência do esquecimento evidencia que o atraso nas doses muitas vezes não deriva do movimento de

recusa proposital, mas sim das demandas da rotina doméstica associadas à falta de lembretes ativos pelos serviços de saúde (Santos; Almeida; Rodrigues, 2023).

Como propostas de intervenção para ampliar a adesão, os participantes sinalizaram o fortalecimento de "Campanhas educativas" 50% e o fornecimento de "Mais informações pelos profissionais de saúde" 45,24%. A atuação da enfermagem por meio de estratégias de educação em saúde e busca ativa territorial consolida-se como o eixo transformador para esclarecer o manejo de eventos adversos e sanar as inquietações parentais (Frugoli, 2021).

De modo geral, os resultados evidenciaram um forte apoio à imunização infantil no município, com 85,71% dos participantes favoráveis e nenhuma rejeição direta. Ademais, a presença de 26,19% de cuidadores que apoiam a vacinação, mas ainda manifestam dúvidas, reforça a existência de um público altamente estratégico e receptivo. Esse cenário demonstra que o acolhimento, o diálogo contínuo e a educação em saúde promovidos pela enfermagem são fundamentais para sanar inseguranças, fortalecer o vínculo com a comunidade e assegurar a cobertura vacinal plena em Campestre-AL.

A análise conjunta dos resultados permite identificar um cenário no qual o reconhecimento da importância das vacinas convive com preocupações relacionadas à sua segurança e com a percepção de situações que podem dificultar o cumprimento do calendário vacinal. À luz do Modelo de Promoção da Saúde de Nola Pender, essa coexistência pode ser compreendida a partir da interação entre benefícios percebidos, barreiras individuais e influências

interpessoais e situacionais, que participam da construção das decisões relacionadas à saúde.

Nesse sentido, a Enfermagem ocupa posição estratégica no desenvolvimento de intervenções educativas que valorizem a escuta qualificada, o acolhimento das preocupações e a construção de vínculos com as famílias. As informações obtidas podem subsidiar o planejamento de ações locais de promoção da imunização infantil, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde, respeitando as particularidades da população investigada e os limites de uma pesquisa baseada em opiniões declaradas.

4. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo conhecer a opinião de pais e responsáveis por crianças menores de 5 anos sobre a vacinação infantil no município de Campestre, Alagoas. Os resultados evidenciaram um posicionamento predominantemente favorável à imunização, embora ainda existam dúvidas e preocupações relacionadas à segurança das vacinas, especialmente quanto às possíveis reações após sua administração.

Entre os 42 participantes, 85,71% manifestaram opinião favorável à vacinação infantil, sendo 59,52% totalmente favoráveis e 26,19% favoráveis, embora apresentassem dúvidas ou preocupações. Além disso, 85,71% reconheceram a vacinação como importante ou muito importante, demonstrando o reconhecimento de seus benefícios para a proteção da saúde infantil. Entretanto, o receio de possíveis reações pós-vacinais, mencionado por 92,86% dos participantes como um aspecto gerador de dúvidas ou preocupações, evidencia a

necessidade de ampliar as orientações sobre a segurança dos imunizantes e os possíveis eventos adversos.

No que se refere às fontes de informação, os profissionais de saúde foram apontados por 95,24% dos participantes como uma das principais referências sobre vacinação. Esse resultado destaca a importância do vínculo entre as equipes de saúde e a comunidade, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde. Por outro lado, metade dos participantes relatou que as redes sociais influenciam sua decisão sobre a vacinação, reforçando a necessidade de uma comunicação acessível, clara e baseada em evidências científicas. O esquecimento dos pais e responsáveis, apontado por 83,33% dos participantes como uma situação que contribui para o atraso vacinal, também indica a importância de estratégias que favoreçam o acompanhamento do calendário de imunização.

Diante desses achados, destaca-se a atuação da Enfermagem no desenvolvimento de ações de educação em saúde, no esclarecimento de dúvidas, na orientação sobre possíveis reações vacinais e no incentivo ao cumprimento do calendário de vacinação infantil. Campanhas educativas, orientações individualizadas e estratégias de lembrete podem contribuir para fortalecer a confiança dos responsáveis e favorecer a continuidade da imunização. Essas iniciativas devem considerar as necessidades identificadas na comunidade e valorizar o diálogo entre profissionais de saúde e famílias.

Como limitação, ressalta-se que a pesquisa foi realizada com 42 participantes atendidos em Unidades Básicas de Saúde de um único município, o que restringe a possibilidade de generalizar os

resultados para outras populações. Além disso, por se tratar de uma consulta de opinião baseada em questionário, os achados representam as percepções declaradas pelos participantes, não permitindo estabelecer relações causais nem determinar diretamente a cobertura vacinal das crianças investigadas.

Conclui-se que o objetivo proposto foi alcançado, uma vez que a pesquisa permitiu conhecer a opinião dos pais e responsáveis sobre a vacinação infantil em Campestre, Alagoas, identificando uma percepção majoritariamente favorável à imunização, acompanhada de preocupações específicas e situações que podem contribuir para o atraso vacinal. Espera-se que os resultados contribuam para o planejamento de ações locais de promoção da saúde e educação em vacinação, fortalecendo a atuação da Enfermagem e a participação das famílias na proteção da saúde infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informação identificável ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44–46, 24 maio 2016. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em: 10 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Imunizações (PNI):** 50 anos de história. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude. Acesso em: 15 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Imunizações - PNI.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/pni. Acesso em: 10 ago. 2026.

FERNANDES, A. C.; MONTUORI, M. M. Redes sociais, desinformação e hesitação vacinal no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e300215, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/physis. Acesso em: 15 out. 2026.

FIGUEIREDO, Ana Maria; SILVA, Carlos Alberto; CUNHA, Renata Lima. A atuação da enfermagem na promoção da imunização na Atenção Primária à Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP,** São Paulo, v. 55, e20210123, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/reeusp. Acesso em: 28 set. 2026.

FRUGOLI, A. Estratégias de educação em saúde e o papel da enfermagem na imunização. **Revista Gaúcha de Enfermagem,** Porto Alegre, v. 42, e20200142, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/rgenf. Acesso em: 15 out. 2026.

GAÍVA, M. A. M.; ALVES, N. C.; MONTESCHIO, C. A. C. Ações da enfermagem frente à queda da cobertura vacinal infantil. **Texto & Contexto - Enfermagem,** Florianópolis, v. 28, e20180214, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/tce. Acesso em: 15 out. 2026.

HOMMA, A.; POSSAS, C.; NORONHA, J. C. N.; GADELHA, P. Pela reconquista das altas coberturas vacinais. **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. e00240022, 2023. DOI: 10.1590/0102-311XPT240022. Acesso em: 10 ago. 2026.

MASSARANI, Luisa; LEAL, Isabele; WALTZ, Ícaro. A circulação de informações sobre vacinas nas redes sociais: desafios para a saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 36, n. 11, e00260220, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/csp. Acesso em: 04 out. 2026.

PENDER, N. J.; MURDAUGH, C. L.; PARSONS, M. A. **Health promotion in nursing practice.** 7. ed. Boston: Pearson, 2015.

ROBERTI, J.; INI, N.; BELIZÁN, M.; RUBINSTEIN, F. Hesitação vacinal infantil e COVID-19: uma análise a partir da percepção dos profissionais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. e00061523, 2024. DOI: 10.1590/0102-311Xpt061523. Acesso em: 10 ago. 2026.

SANTI, D. B.; BALDISSERA, V. D. A. Health promotion in nursing practice: Pender NJ, Murdaugh CL, Parsons MA. **Saúde em Debate,** Rio de Janeiro, v. 47, n. 139, p. 993–996, 2023. DOI: 10.1590/0103-1104202313919. Acesso em: 20 ago. 2026.

SANTOS, Maria Helena; ALMEIDA, Juliana; RODRIGUES, Patrícia Souza. Fatores associados ao atraso vacinal em menores de cinco anos na perspectiva familiar. **Saúde em Debate,** Rio de Janeiro, v. 47, n. 138, p. 745-758, jul./set. 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/sdeb. Acesso em: 12 out. 2026.

SATO, Ana Paula Sayuri. Hesitação vacinal: o que é e quais são os desafios para a imunização no Brasil. **Revista de Saúde Pública,** São Paulo, v. 52, p. 1-8, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/rsp. Acesso em: 19 set. 2026.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). **Guia de imunizações: dúvidas mais frequentes sobre vacinas na infância.** São Paulo: SBP, 2023. Disponível em: https://www.sbp.com.br. Acesso em: 15 out. 2026.

SOUZA, Joana Dark et al. Percepção de pais e responsáveis acerca da segurança e eficácia das vacinas infantis. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação,** Botucatu, v. 24, e190589, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/icse. Acesso em: 20 out. 2026.

TAVARES, C. M. de P.; TOCANTINS, F. R. A comunicação e a educação em saúde na enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem,** Brasília, v. 68, n. 3, p. 450-456, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/reben. Acesso em: 20 set. 2026.

---

[1] Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Cesmac. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Graduando do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Cesmac. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Professora Mestra do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Cesmac. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail